

Procuradoria Geral do Município do Rio  
de Janeiro



8º Concurso para Ingresso na Classe  
Inicial da Carreira de Procurador



**PROVA ESCRITA ESPECÍFICA**

**CADERNO DE QUESTÕES**

**INSTRUÇÕES GERAIS**

Neste Caderno de Questões, você encontrará **03 (três) páginas** numeradas sequencialmente, contendo esta folha de rosto e **04 (quatro) questões** de **Direito do Trabalho, Previdenciário e Processual do Trabalho**.

Verifique a paginação e se as questões estão legíveis. Se houver erro ou problemas de impressão, notifique o fiscal.

Este caderno poderá ser levado pelo candidato após o transcurso de 1 (uma) hora de prova.

Somente será permitido ao candidato retirar-se definitivamente da sala após transcorrido o tempo de **01 (uma) hora do início da prova**, mediante a entrega obrigatória da sua Folha de Respostas e das folhas de rascunho para descarte.

Os **3 (três) últimos** candidatos de cada sala somente poderão sair juntos, após presenciarem o fechamento dos envelopes, rubricando-os.

*[Handwritten signatures in blue ink]*

## PROVA ESCRITA ESPECÍFICA

# DIREITO DO TRABALHO, PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL DO TRABALHO

### QUESTÃO 1 (VALOR: 22 PONTOS)

O Ministério do Trabalho e da Previdência comunica ao Município do Rio de Janeiro o envio de técnicos integrantes de seus quadros para realização de ato de inspeção no âmbito da previdência local, com base no artigo 9º da Lei nº. 9.717/1997, a fim de avaliar a observância, pelo regime próprio de previdência municipal, da alíquota mínima de contribuição previdenciária e outras obrigações específicas instituídas através de Portaria Ministerial, dentro de prazo fixado no referido ato normativo, que já se encontra escoado.

A diligência tem por objetivo definir se o regime faz jus ao fornecimento do certificado de regularidade previdenciária previsto na Lei nº. 9.717/1997. A notificação deixa claro que eventual inobservância à citada portaria implicará na aplicação das penalidades previstas no artigo 7º da Lei nº. 9.717/1997.

Diante do comunicado, a Casa Civil consulta a Procuradoria Geral do Município indagando sobre:

- (i) A obrigatoriedade do regime próprio de previdência do município acatar as exigências específicas criadas pela portaria ministerial no prazo nela assinalado;
- (ii) A legitimidade da aplicação das sanções anunciadas.

Na condição de Procurador do Município, responda aos quesitos propostos, apontando o posicionamento do STF acerca do tema.

### QUESTÃO 2 (VALOR: 28 PONTOS)

Considere a seguinte situação hipotética: Carlos José, advogado autônomo, após regular aprovação em concurso público, inicia nova atividade profissional, com exclusividade, como Procurador do Município do Rio de Janeiro, com ingresso no cargo público em janeiro de 2021. Dentro da situação narrada, avalie o acerto das afirmativas abaixo, justificadamente:

- (a) Carlos José, por ter ingressado no cargo público após a Emenda Constitucional nº. 103/2019, estará vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, como segurado empregado e submetido ao limite máximo de contribuição deste Regime;

- (b) Carlos José, obrigatoriamente, estará vinculado ao Regime de Previdência Complementar Municipal;
- (c) Carlos José, caso assumo cargo em comissão no Estado do Rio de Janeiro, será vinculado, nesta nova condição, ao Regime Previdenciário Estadual enquanto durar a cessão;
- (d) Caso Carlos José afaste-se das atividades no Município em virtude de incapacidade temporária decorrente de COVID-19, receberá benefício previdenciário durante o afastamento, independente de carência;
- (e) A aposentadoria voluntária de Carlos José somente será possível aos 65 anos de idade, além de requisitos adicionais de tempo de contribuição e de tempo de serviço público;
- (f) Carlos José poderá vincular-se ao Regime Previdenciário Municipal específico do Poder Executivo, caso venha a ser criado;
- (g) Carlos José poderá computar o tempo de atividade como advogado autônomo, desde que comprove os recolhimentos previdenciários devidos à Receita Federal do Brasil, em complemento ao imposto sobre a renda, mediante declaração anual e em base-de-cálculo idêntica.

### **QUESTÃO 3 (VALOR: 25 PONTOS)**

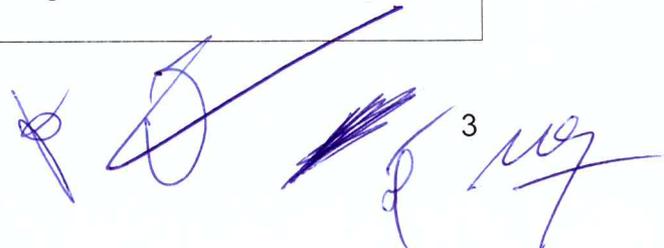
Discorra sobre a incidência do princípio da primazia da realidade nas relações de trabalho mantidas com a Administração Pública.

### **QUESTÃO 4 (VALOR: 25 PONTOS)**

Em razão do mau uso de espaço público permitido a particular, o Município retoma o imóvel, extinguindo a permissão. A fim de manter a atividade de interesse público ali desenvolvida, o ente municipal se vale de autorização legal para contratação temporária com base no artigo 37, IX, da Constituição Federal, a fim de reter parte dos empregados necessários até a nova outorga do espaço a outro particular, o que ocorreu após um ano.

Não aproveitada, pelo novo permissionário, a equipe mantida nesse período, um dos trabalhadores ajuíza reclamação trabalhista em face do Município, com fundamento em sucessão trabalhista, pleiteando declaração de unicidade contratual, bem como o pagamento de todos os créditos anteriores e posteriores à extinção da permissão.

Como Procurador do Município, apresente os argumentos da contestação.



3